

Inclusão de trabalhadores com deficiência: Revisão integrativa

Pedro Paulo H. Alves, Henrique J. S. Bezerra e Tatiana de L. Torres

Departamento de Psicologia, Centro de Ciência Humanas Letras e Artes,
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)


Submissão: 23 jul. 2020.

Aceite: 27 set. 2021.

Notas dos autores

Pedro Paulo H. Alves  <http://orcid.org/0000-0002-7142-990X>

Henrique J. S. Bezerra  <http://orcid.org/0000-0002-7575-7409>

Tatiana de L. Torres  <http://orcid.org/0000-0001-6274-1929>

Correspondências referentes a este artigo devem ser enviadas para Pedro Paulo H. Alves,
Rua Dalva Filgueiras de Athayde, 1777, Manaíra, João Pessoa, PB, Brasil. CEP 58038-512. E-mail:
pedrophonorato@gmail.com

Resumo

O acesso ao trabalho faz parte da luta pelo reconhecimento e pela garantia de direitos e de cidadania às pessoas com deficiência. Este estudo parte do princípio de que a deficiência é um fenômeno social e histórico, conforme prevê o Modelo Social da Deficiência. Tem como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura brasileira sobre a inserção de pessoas com deficiência no trabalho, analisando de forma qualitativa sua inclusão a partir de dados secundários, acessados por levantamento bibliográfico, técnicas de cientometria e bibliometria com base nas informações sobre a temática na produção científica nacional da última década (2008–2018). Os resultados apontam para a baixa participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho em virtude de preconceitos dos empregadores, das dificuldades na inclusão social devido à ausência de ações adaptativas no ambiente organizacional e da precariedade na qualidade de vida no trabalho.

Palavras-chave: pessoas com deficiência, inserção no trabalho, inclusão, modelo social, empregabilidade

INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES AT WORK: INTEGRATIVE REVIEW

Abstract

Access to work is part of the struggle to recognize and guarantee the rights and citizenship of people with disabilities. This study assumes that disability is a social and historical phenomenon, as provided by the Social Model of Disability. Therefore, it aims to carry out an integrative review of the Brazilian literature on the insertion of people with disabilities at work, qualitatively analyzing their inclusion from secondary data, obtained from a bibliographic survey and scientometrics and bibliometrics techniques, based on information about the theme in the national scientific production of the last decade (2008–2018). The results point to the low participation of people with disabilities in the labor market due to employers' prejudice, difficulties in social inclusion due to the absence of adaptive actions in the organizational environment, and precarious quality of life at work.

Keywords: people with disabilities, job insertion, inclusion, social model, employability

INCLUSIÓN DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD EN EL TRABAJO: UNA REVISIÓN INTEGRATIVA

Resumen

El acceso al trabajo es parte de la lucha por reconocer y garantizar los derechos y la ciudadanía de las personas con discapacidad. Este estudio asume que la discapacidad es un fenómeno social e histórico, según lo previsto por el Modelo Social de Discapacidad. Por ello, se pretende realizar una revisión integradora nacional sobre la inserción laboral de personas con discapacidad, analizando cualitativamente su inclusión a partir de datos secundarios, a los que se accede mediante encuesta bibliográfica, técnicas de cientometría y bibliometría, basado en información sobre la temática en la producción científica nacional de la última década (2008–2018). Los resultados apuntan a la baja participación de las perso-

nas con discapacidad en el mercado laboral debido a los prejuicios de los empleadores, dificultades en la inclusión social debido a la ausencia de acciones adaptativas en el entorno organizacional y precaria calidad de vida en el trabajo.

Palabras clave: personas con discapacidad, inserción laboral, inclusión, modelo social, empleabilidad

A Organização Internacional do Trabalho verificou, em 2009, que cerca de 10% da população no mundo é formada por pessoas com algum tipo de deficiência, e a maioria está em idade produtiva e poderia produzir renda. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012), 24% da população brasileira tem alguma deficiência, ou seja, cerca de 45 milhões de pessoas. De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Brasil, 2019), apenas 400 mil pessoas com deficiência (PcD) possuem trabalho formal, o que significa que menos de 1% dessa parcela populacional tem a oportunidade de obter um emprego. Sendo assim, é possível constatar a dificuldade do mercado de trabalho em incluir esses indivíduos, negando sua plena participação social e econômica, bem como criando barreiras para o exercício dos direitos políticos e civis.

As atividades laborais se constituem como parte importante da vida de um sujeito, seja por seu valor emocional, seja para a conclusão de metas em sua vida, ou apenas para a “sobrevivência” de quem exerce a atividade remunerada (Carvalho-Freitas et al., 2018; Paiva & Bendassolli, 2017). O valor da atividade laboral, assim como seu significado, é inerente a cada indivíduo. Quando se trata de pessoas que possuem alguma limitação para o exercício desse trabalho, como é o caso de PcD, podemos observar que esses valores e significados passam a ter uma carga maior e mais expressiva em comparação aos que não possuem limitações, sejam físicas, sensoriais ou mentais (Salvador-Ferrer, 2020; Santos & Carvalho-Freitas, 2019).

Para investigar a relação entre deficiência e trabalho, a presente pesquisa fez uma revisão bibliográfica integrativa, utilizando análises bibliométrica e cientométrica. Fundamentou-se em três enfoques teóricos: 1. a construção social da deficiência; 2. o significado do trabalho; 3. a relação entre a PcD e o trabalho. O conceito de deficiência foi atrelado ao de inclusão, o que possibilitou que seja compreendido a partir da perspectiva de representatividade, reconhecimento e garantia de direitos, como o direito à igualdade, segundo o qual as oportunidades devem ser distribuídas democraticamente, sem distinção de cor, religião, situação econômica ou estado físico, conforme estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e pela Constituição Brasileira de 1988.

O conceito de deficiência adotado nesta investigação se baseia na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), a qual visa garantir os direitos e proteger a dignidade do indivíduo que possui algum impedimento quando em interação com uma ou mais barreiras ambientais, comprometendo sua participação efetiva na sociedade em condições igualitárias. De acordo com essa definição, só existe deficiência mediante a conjunção de fatores individuais e ambientais que possam gerar limitações no desempenho de atividades e na participação social (Paiva & Bendassolli, 2017).

Ao longo da história, entretanto, a consideração de tais fatores não ocorreu uniformemente. Em muitos casos, as PcD foram excluídas da sociedade e estigmatizadas. Posteriormente, foram segregadas em instituições asilares e impedidas de circular livremente nos espaços sociais. Em seguida, com a integração, foram admitidas na sociedade com a condição de

se adaptarem às demandas que a vida social e institucional lhes impunha. Por fim, na contemporaneidade, a perspectiva inclusiva ganha força, e nela as PcD participam ativamente da vida social e têm garantidos os seus direitos sociais e econômicos, políticos e civis (França, 2013; Santos et al., 2018; Rosa & Menezes, 2019).

Em meados de 1970, como reação ao modelo médico, um grupo de PcD criou uma corrente política e teórica denominada Modelo Social da Deficiência (MSD), pautada na crítica a abordagens individualistas e centradas exclusivamente nos aspectos biológicos do corpo, as quais preconizam ações normalizadoras que terminam por restringir a participação social e o desempenho das PcD, associando-as a representações estigmatizantes de invalidez e inutilidade social (Diniz et al., 2009). De acordo com o MSD, a deficiência não deve ser compreendida como uma questão individual, mas sim considerada uma grave desvantagem social, ocasionada por barreiras físicas, sociais, econômicas e políticas. Sendo assim, o corpo experimenta a deficiência a partir da interação entre uma lesão biológica e um ambiente social discriminatório, incapaz de lidar com a diversidade humana e suas várias formas de interação com o mundo, o que implica afirmar que não há uma relação de causalidade direta entre limitação corporal e deficiência (Diniz, 2007; Silva et al., 2018). Em suma, deficiência é um fenômeno de ordem interacional, relativo a questões sociais, e, portanto, deveria ser discutido a partir do eixo político e não restrito a perspectivas terapêuticas (França, 2013).

No que se refere à relação entre deficiência e trabalho, o MSD desenvolve uma compreensão mais ampla sobre a relação do indivíduo com o ambiente e como isso afeta diretamente os seus direitos. Segundo o modelo, o modo como a PcD interage com o mundo é alterado de acordo com os elementos adaptativos ou a falta deles, influenciando diretamente em sua autonomia e dignidade (Maftei et al., 2020). No entanto, em alguns casos, mesmo com todas as alterações arquitetônicas e todos os auxílios tecnológicos, os indivíduos em situação de deficiência podem permanecer em desvantagem, o que demonstra a importância do cuidado e põe à prova a ideia socialmente estruturada sobre autonomia, passando ao princípio da interdependência como forma de garantir a dignidade humana (Diniz, 2007; Becker, 2019; Paiva & Bendassolli, 2017).

Desse ponto de vista, é primordial o alinhamento da visão inclusiva na perspectiva do bem-estar, principalmente em face do capitalismo e do mercado (Santos & Carvalho-Freitas, 2019). A questão, portanto, não se resume apenas às barreiras ambientais, pois a PcD experimenta profundamente a exclusão, o preconceito e a marginalização em diversas esferas da vida cotidiana, inclusive na constituição da própria subjetividade, visto que o ser humano se estabelece nas suas relações com outros (Dutra et al., 2020; Ineland & Starke, 2020).

Além de ser fonte de alimentação e sobrevivência dos humanos, com o desenvolvimento da sociedade, o trabalho ganha lugar como “aspecto de vida”, sendo este parte fundamental para o sujeito ser e ter lugar no coletivo. Com isso, passa a ter como nova finalidade não apenas a busca pela sobrevivência, mas também uma função social e psicológica (Paiva

et al., 2015). O trabalho não é uma atividade entre outras, pois executa na vida pessoal uma função psicológica específica, visto que se trata de uma atividade que solicita a competência para realizar coisas úteis, instaurar e preservar ações no mundo que solicitam um empenho pessoal, um envolvimento de si com a atividade.

O trabalho pode ser definido como um exercício cotidiano de uma atividade vital, capaz de moldar a forma de produção e reprodução da humanidade, uma vez que é o ato principal para criação dos bens materiais e simbólicos necessários à sobrevivência da sociedade (Paiva & Bendassolli, 2017). Porém, diante da precarização em que a atividade laboral se configura atualmente, identificamos o sofrimento advindo do trabalho e do não trabalho na subjetividade, a exemplo do desemprego, do subemprego, da desocupação, do desalento, da subutilização (Becker, 2019; Peijen & Wilthagen, 2020).

Dessa forma, o emprego estabelece uma posição importante com relação ao trabalhador, é um símbolo social de emancipação e ferramenta poderosa de estruturação social na sociedade moderna. Ele estabelece seu papel em meio à sociedade, enquanto o trabalho é a representação concreta desse papel (Romeo et al., 2020; Dutra et al., 2020).

Defendemos no presente estudo que a concepção de trabalho se alicerça na ação dos seres humanos sobre o seu ambiente, pondo em jogo suas razões e sua existência. É do e pelo trabalho que os seres humanos se constituem, constroem-se em sociedade. É pelo trabalho que transformam a sociedade e fazem história, como categoria essencial para explicar o mundo e a sociedade, o passado e o futuro, numa prática transformadora dos humanos, assumindo a tarefa de construir uma nova sociedade (Clot, 2017). As atividades laborais são constituintes da vida das pessoas, seja por seu valor emocional, seja para a conclusão de metas de vida, ou apenas para a “sobrevivência” de quem exerce a atividade remunerada, de modo que o sentido do trabalho possui um universo subjetivo para cada ser (Cohen et al., 2019; Salvador-Ferrer, 2020). Esse sentido e significado seriam então influenciados pela forma como a inclusão do sujeito acontece. Quando se trata de PcD, pressupomos, a partir da literatura científica pesquisada, que tais sentidos e significados apresentam elementos como: meio de sobrevivência, utilidade à sociedade, garantia da independência financeira e pessoal (Lima et al., 2013; Santos & Carvalho-Freitas, 2019).

A inclusão no mercado de trabalho oferece ao indivíduo autonomia e satisfação pessoal, no entanto o mercado segue uma lógica de produtividade fundada em uma perspectiva normalizadora, ou seja, não estar alinhado com o padrão de produção é o mesmo que estar em desvantagem, formando uma barreira entre a atividade e a lesão no caso das PcD. Sendo assim, o capitalismo é um modelo de produção não inclusivo que trata o indivíduo e o seu corpo como vantagem competitiva. Contudo, mesmo que o corpo sem desvantagens seja idealizado, por vezes, o próprio capitalismo promove lesões por meio das atividades exigidas (Diniz et al., 2009; Romeo et al., 2020). Apesar de a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2006, afirmar o direito ao trabalho de livre escolha e em ambiente acessível,

inclusivo e igualitário, PcD são discriminadas e lhes é atribuída baixa empregabilidade devido à crença sobre a incapacidade associada à lesão pelos empregadores (Violante & Leite, 2011; Santos & Carvalho-Freitas, 2019).

Desse modo, é notável a discrepância entre pessoas com e sem deficiência quando se compara a participação de ambas no mercado de trabalho, particularmente quando se consideram as oportunidades educacionais. As estatísticas mostram que as PcD estão em desvantagem quanto ao nível de alfabetização e instrução profissional (IBGE, 2012). Segundo o censo feito em 2010 pelo IBGE, 61,13% das PcD no Brasil não têm instrução ou não possuem ensino fundamental completo. Isso mostra a atual realidade excludente no país, criando barreiras para a formação desses indivíduos e construindo um sistema socialmente desvantajoso para eles (Paiva & Bendassolli, 2017; Santos, 2008).

Para a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, n. 13.146, de julho de 2015, o profissional com deficiência tem direito ao trabalho, bem como à educação. Entretanto, o desequilíbrio de oportunidades de progressão escolar gera impacto nas oportunidades de emprego. Logo, inclusão educacional é uma ação política, social, cultural e pedagógica em defesa dos direitos dos cidadãos e impacta diretamente a empregabilidade da PcD, desenvolvendo e instituindo possibilidades aos indivíduos (Becker, 2019; Rosa & Menezes, 2019). Por esse motivo, a falta de acesso à educação inclusiva sedimenta lacunas no processo ensino-aprendizagem-desenvolvimento dos indivíduos com deficiência, como a presença de métodos de ensino integrativos despreocupados em atender às necessidades educacionais específicas em sala de aula, segregando-as. Por isso, a presença das barreiras educacionais agride os direitos dessas pessoas e embarga sua participação educacional, refletindo diretamente nas questões trabalhistas (Santos & Carvalho-Freitas, 2019).

Nesse sentido, a Lei n. 13.146, também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, surge a partir da luta por direitos das PcD, criando uma legislação de ações afirmativas para contratação desses indivíduos, compreendendo a necessidade de um instrumento legal que equipare a distribuição de oportunidades. Contudo, apesar da existência das leis, estas não provêm condições reais de inclusão do indivíduo na sociedade. Ou seja, a pessoa em situação de deficiência não tem amparo na lei quanto às adaptações que devem ser instituídas no seu meio de trabalho, visando a autonomia e o desempenho profissional adequado. Ademais, a insegurança no âmbito do trabalho, associada à desinformação por parte dos empregadores, impacta positivamente a resistência à contratação dessa parcela populacional (Silva et al., 2019; Violante & Leite, 2011). Desse modo, as questões trabalhistas retomam o paradigma da integração, em que o indivíduo com deficiência deve se adequar ao ambiente de trabalho e não o contrário (Maftei et al., 2020).

Contudo, segundo a literatura, o indivíduo em situação de deficiência é excluído do trabalho antes mesmo de ingressar nele. As empresas buscam indivíduos que exijam o mínimo de adaptação no ambiente de trabalho, a fim de que a contratação não implique perda signi-

ficativa de produtividade. Com essa conduta, o preenchimento das vagas de emprego é pautado em uma lógica excludente, dando continuidade a um mercado inacessível. Ou seja, a garantia das vagas no mercado não coloca a PcD em uma posição de igualdade, autonomia e participação social (Pereira-Guizzo et al., 2019; Carvalho-Freitas et al., 2018).

Segundo pesquisa realizada por Carvalho-Freitas (2009), ainda existe a crença entre gestores da necessidade de separação das PcD, seja em setores específicos ou em empresas especializadas (Cohen et al., 2019). O indivíduo deve adequar-se ao meio, ao passo que as empresas, por vezes, não compreendem a importância dessa adaptação no local de trabalho. Tal concepção reforça as dificuldades enfrentadas no mercado, trazendo à superfície um problema basilar no campo dos estudos da deficiência: o preconceito (Carvalho-Freitas et al., 2018).

Diante da relevância das considerações supracitadas, esta pesquisa teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica integrativa da literatura científica brasileira no período entre 2008 e 2018, em função de eventos que impactaram diretamente os direitos das PcD, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Lei n. 6.949/2009) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015). Ademais, esse período antecede o início do atual governo do Brasil, o qual se identifica na política e na economia, respectivamente, como de extrema direita e neoliberal, em contraste com os governos antecedentes identificados como de centro-esquerda e de bem-estar social. Dito isso, o artigo aborda a temática sobre PcD no contexto de trabalho. Destaca a importância de mapear os estudos sobre PcD e a realidade de suas inserções no mercado de trabalho, realizando um percurso sócio-histórico sobre a deficiência. Para tal, o presente estudo explora os diversos modelos relacionados à deficiência e explica os impactos relativos à ineficiência da educação não inclusiva, das leis trabalhistas para PcD e do preconceito.

Método

Crítérios de inclusão

Entendendo que houve uma mudança na perspectiva política adotada em relação à inclusão de PcD, o recorte temporal de análise da pesquisa correspondeu aos dez anos anteriores ao atual governo do Brasil (2008-2018), utilizando os seguintes descritores: deficiência e trabalho. Os filtros usados na pesquisa foram: revistas científicas com temas sobre psicologia, saúde, educação e sociedade, e artigos disponíveis na íntegra, em língua portuguesa e de periódicos nacionais. Dois juízes fizeram uma análise dos artigos selecionados, com o objetivo de avaliar o alinhamento temático dos textos, considerando a relação entre PcD e trabalho. Após essa avaliação, sete textos foram retirados devido ao desvio temático ou por serem repetidos ou republicados no ano seguinte. Por fim, 31 artigos permaneceram e foram selecionados para as análises bibliométrica e cientométrica.

Procedimentos de coleta de dados

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo misto (quantitativo e qualitativo) com uso de base de dados secundários (Creswell, 2010). Trata-se de uma revisão crítica da literatura em duas bases de dados representativas da produção e divulgação científica da psicologia no Brasil: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). Para tanto, uma revisão integrativa foi realizada a partir de análises bibliométrica e cientométrica (Santos & Kobashi, 2009; American Psychological Association, 2012).

Procedimentos de análise

A análise bibliométrica consiste no tratamento das informações por métodos quantitativos para a mensuração de resultados em um universo amostral de publicações, seja de artigos, livros ou revistas. A análise cientométrica é caracterizada pela coleta e pelo estudo sobre a amostra científica encontrada, buscando correlações nos resultados dos artigos na literatura, bem como observando os progressos científicos obtidos em um espaço de tempo por meio de técnicas numéricas analíticas (Santos & Kobashi, 2009).

Após o levantamento, os artigos foram submetidos a uma análise a partir dos resumos. Unida à revisão integrativa, buscamos, por meio de uma análise prévia dos textos, evidenciar possíveis contradições e maior representatividade dos elementos (Bicudo, 2014). Por meio da leitura atenta dos artigos, foi possível reunir algumas informações, como objetivo, método, instrumento de pesquisa e resultados. Para a análise cientométrica, buscamos evidenciar: 1. ano de publicação, 2. autores das publicações, 3. nomes das revistas, 4. instituição de ensino e 5. palavras-chave.

No que se refere aos dados quantitativos, o intuito foi relacionar os resultados dos artigos, coletando elementos numéricos descritivos que se alinhem com o objeto de estudo. Já a coleta dos dados qualitativos consistiu na exposição e interpretação da literatura no intento de sedimentar um arcabouço teórico sobre o tema.

As informações de cada texto foram organizadas em duas etapas: na primeira, selecionaram-se informações gerais de cada periódico (título, ano de publicação, autores das publicações, nomes das revistas, instituição de ensino e palavras-chave); e, na segunda, elementos mais amplos (objetivo, método, instrumento utilizado e resultados). Realizamos ainda uma análise dos artigos, de modo a discutir os achados de forma global.

Resultados

Os dados coletados por meio das técnicas de bibliometria e cientometria proporcionaram uma análise quantitativa descritiva e qualitativa. A partir dos conhecimentos expostos nos artigos, tornaram-se exequíveis o mapeamento sistemático das publicações nacionais e, por consequência, a identificação do material produzido, visando à reflexão sobre novos campos de estudos (Santos & Kobashi, 2009), referente à delimitação do período de publicações, isto

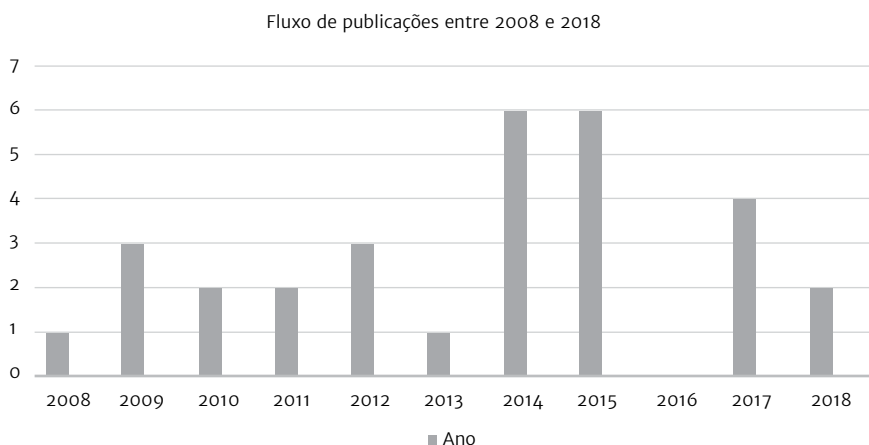
é, nos últimos dez anos (de 2008 a 2018). Para facilitar a visualização dos resultados, a análise foi subdividida em categorias, as quais serão apresentados na sequência.

Fluxo de publicações

Houve dois anos em que o fluxo de publicações sobre o assunto apresentou maior incidência, entre 2014 e 2015, sendo seis publicações anuais (Figura 1). Além disso, podemos destacar 2017 com quatro publicações, e 2009 e 2012 com três. Observamos um padrão produtivo inconsistente na última década por conta da variação na frequência de publicações: os anos de 2014 e 2015 ilustram o ponto ótimo da figura; no ano de 2016, não há nenhum material sobre a temática; bem como existe uma oscilação produtiva acentuada entre os anos de 2013 (uma publicação) e 2014 (seis publicações).

Figura 1

Frequência de publicações dos autores



Locais de origem das publicações

Quanto aos locais das publicações, há predominância de pesquisas no estado de Minas Gerais, sendo 16 publicações dos 31 artigos da amostra. Essa centralização dos trabalhos está ligada ao pesquisador Carvalho-Freitas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que aparece como autor ou coautor da maior parte dos artigos publicados sobre o tema, estando presente em mais da metade das produções do estado na última década, precisamente nove artigos.

Embora a maioria das publicações seja proveniente de universidades federais ou estaduais, sete trabalhos vieram de faculdades privadas, sendo possível destacar as instituições do estado de São Paulo com quatro publicações abordando temas como: vulnerabilidade ao es-

tresse e satisfação do trabalho; análise de empregabilidade; inclusão no mercado a partir de perspectivas de políticas públicas; e panorama de inclusão do mercado – todos a partir da perspectiva da pessoa em situação de deficiência. Cidades das Regiões Sul e Sudeste realizaram um número maior de publicações, pois os quatro autores com mais produções nesse período atuam na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) ou UFMG, são eles: Carvalho-Freitas, Tette, Marques e Oliveira, isto é, todos da Região Sudeste do país, em Minas Gerais. Por sua vez, na Região Nordeste somente uma cidade surge nas amostras, a capital João Pessoa. Nas Regiões Norte e Centro-Oeste, não houve publicações.

Autoria

Referente à frequência dos autores nas produções do período de análise do trabalho, o autor Carvalho-Freitas se destaca, deixando clara sua influência na temática relacionada à deficiência, bem como sua preferência por trabalhos de caráter quantitativo, coletando dados que indiquem a percepção das pessoas sobre a PcD.

Em um universo amostral de 61 autores e coautores dos resultados da pesquisa bibliográfica, Carvalho-Freitas se destaca pela autoria ou coautoria em nove artigos, entre os anos de 2008 e 2018, com destaque em 2009 com a publicação de dois artigos. Além disso, entre os trabalhos publicados por Carvalho-Freitas, três pesquisadores participaram com maior frequência, seja como autores ou coautores: Tette, Oliveira e Marques.

Os artigos publicados por Carvalho-Freitas prezam a investigação das condições de trabalho das PcD, no intento de coletar informações para desenvolver melhorias organizacionais. Nesse sentido, os periódicos demonstram que, mesmo após uma década, as organizações ainda possuem dificuldade para alocar esses trabalhadores. Carvalho-Freitas explicita essa questão por meio do grande interesse em mapear e encontrar estratégias para a resolução do assunto, e as amostras coletadas confirmam a dificuldade da pessoa em situação de deficiência de garantir vaga no mercado de trabalho (Carvalho-Freitas et al., 2018).

Revistas científicas

Há predominância de revistas nas áreas de psicologia do trabalho e psicologia social, direcionadas à dinâmica de profissionalização do indivíduo. Há pouca expressividade quanto à psicologia educacional, mesmo sendo uma área de maior foco epistemológico sobre os temas deficiência e inclusão.

As publicações nessa temática apresentaram boa variabilidade de revistas, contudo a revista *Psicologia: Teoria e Prática*, 24(2), ePTPSP13655. São Paulo, SP, 2022. ISSN 1980-6906 (on-line). <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPPA13655.pt>, 2022

As publicações nessa temática apresentaram boa variabilidade de revistas, contudo a revista *Psicologia: Ciência e Profissão* ganhou evidência pelo número de publicações dentre o material analisado, com quatro publicações de 2009 a 2017. Além disso, outras revistas podem ser destacadas pela quantidade de publicações: *Psicologia & Sociedade* e *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, com três publicações entre 2014 e 2018 e entre 2010 e 2015, respectivamente.

Em um universo amostral de 19 revistas, fica evidente a predominância de publicações de classificação Qualis A e que trabalham com metodologias qualitativas, modalidade de pesquisa com maior incidência na amostra do estudo, como é o caso da revista *Psicologia: Ciência e Profissão*.

Por fim, outras quatro revistas publicaram dois artigos cada uma durante o espaço de tempo analisado por este estudo: *Revista Brasileira de Orientação Profissional*; *Trabalho, Educação e Saúde*; *Revista Brasileira de Educação Especial*; e *Psico-USF*, entre 2008 e 2014.

Análise metodológica

A amostra se dividiu em 26 artigos (84%) empíricos e cinco teóricos (16%). Além disso, há maior incidência de artigos (13) com métodos de natureza qualitativa (52%). Os estudos qualitativos se dividem entre entrevistas semiestruturadas (seis), rede de discussões (um), grupo focal (um), método biográfico (um), recursos fotográficos (um), relato autobiográfico (um), estudo de caso (um) e pesquisa-ação (um). Enquanto os estudos quantitativos (12), 48%, são compostos por análises psicométricas para validação de instrumentos, como: inventários (cinco), questionários (quatro) e escalas (três). Isso evidencia o interesse em escutar esses indivíduos, além da coleta de dados objetiva, levando em conta suas falas para gerar dados e mapear a questão.

Objetivos

As pesquisas objetivam avaliar aspectos que envolvem a vivência da PcD no mercado de trabalho, e estas são as características de maior interesse dos artigos: dificuldades de inserção no mercado de trabalho (12); compreensão do sentido e significado do trabalho para a PcD (sete); percepção dos gerentes sobre as potencialidades do indivíduo em situação de deficiência (quatro); perspectiva da PcD (quatro); qualidade de vida da PcD no trabalho (dois); e perspectiva da pessoa com deficiência intelectual na trajetória de carreira (dois).

Principais resultados das pesquisas selecionadas

Os resultados dos periódicos constataram a força do preconceito ante o interesse na contratação das PcD, atuando como um catalisador para que a lesão seja percebida como um impedimento produtivo pelos empregadores (Coutinho et al., 2017). Ademais, a baixa qualidade de vida no trabalho para essas pessoas evidencia a necessidade de melhoria das condições gerais do ambiente de trabalho, de inclusão social e de preparo dos empregadores no que se refere à compreensão das demandas de cada indivíduo. Contudo, os artigos trouxeram resultados que também apontam para o desenvolvimento da percepção dos gerentes em relação à PcD, estabelecendo uma correlação positiva do tempo de trabalho entre gerente e funcionário em situação de deficiência e o desempenho dessas pessoas, mostrando, em 25% dos resul-

tados dos artigos, a influência que o trabalho exerce na vida desses indivíduos, sendo fonte de prazer e reafirmação de potencialidades (França, 2013; Redig & Glat, 2017).

Os artigos que trabalharam aspectos sobre a qualidade de vida dos trabalhadores com deficiência (dois) e a inserção deles no mercado (nove) trouxeram resultados alinhados com a realidade de não garantia de direitos, falta de adaptação do local de trabalho e reflexo de lacunas sociais, políticas e estruturais. Além disso, os resultados apontam que apenas um terço das empresas cumpre a regulamentação, ou seja, destina um número de vagas específico para PcD.

Discussão

O presente trabalho objetivou realizar uma revisão integrativa da literatura sobre a inserção de PcD no trabalho, analisando, de forma qualitativa, sua inclusão a partir de dados secundários de artigos científicos publicados em revistas nacionais no período entre 2008 e 2018.

Os resultados indicam que houve o aumento do número de publicações relacionadas à deficiência entre 2014 e 2015, e identificamos como possíveis estimuladores nesse período: 1. a criação de uma emenda referente à concessão de aposentadoria da PcD, segurada do Regime Geral da Previdência Social, considerando idade e tempo de contribuição; 2. a atualização do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015); e 3. o aumento significativo do acesso dessa parcela populacional ao ensino superior. Segundo estatísticas do censo do Ministério de Educação (MEC) de 2013, 30 mil PcD se matricularam em algum curso de graduação nesse ano, um aumento de quase 50% se comparado a 2010. Além disso, atreladas às estatísticas, as mudanças legais implicam melhorias nos direitos dessas pessoas e transformações na organização do trabalho, visto que a garantia previdenciária, por exemplo, estabelece amparo de acordo com as condições físicas (Garcia, 2014).

Outra categoria analisada se refere ao local das publicações, e foi possível destacar a produção de pesquisadores localizados na Região Sudeste do Brasil, em especial no estado de Minas Gerais, em que a concentração da produção científica ficou centrada em Carvalho-Freitas. Tal aspecto evidencia que a produção científica sobre a PcD ainda predomina no Sudeste em relação às outras regiões do país (Carvalho-Freitas et al., 2018). Isso demonstra, em nossa percepção, a necessidade de ampliar as pesquisas realizadas sobre a temática, particularmente no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, seja por fomento de financiamento e de publicações pelas agências nacionais, seja por chamadas para números especiais de revistas científicas.

A revista *Psicologia: Ciência e Profissão* do Conselho Federal de Psicologia destaca-se entre as demais pela maior quantidade de publicações sobre a temática, o que sinaliza que o acesso às informações das pesquisas não está restrito à comunidade científica, atingindo também os profissionais de psicologia (Paiva et al., 2015).

A respeito dos delineamentos metodológicos, observamos que há uma predominância de estudos empíricos com uma variedade de abordagens quantitativas e qualitativas, demonstrando a diversificação de procedimentos e ferramentas de acesso às informações na pesquisa com PcD no contexto de trabalho. Avaliamos como positivas a predominância de pesquisas empíricas e a pluralidade metodológica, tendo em conta a necessidade de ampliação do *corpus* de pesquisas sobre o tema (Violante & Leite, 2011). Ao mesmo tempo, acreditamos que são necessárias pesquisas teóricas, de revisão bibliográfica e de estado da arte a fim de promover a criação de ferramentas conceituais e analíticas, bem como um entendimento sistemático e específico das questões relacionadas ao fenômeno da deficiência, assim como já ocorre com os estudos de gênero e étnico-raciais.

Os objetivos e resultados dos artigos pesquisados indicam predomínio de temáticas relacionadas à inserção no trabalho (12 artigos) e ao sentido e significado (sete artigos), o que demonstra o foco de interesse das pesquisas em examinar como se dão a participação desse indivíduo no mercado e a experiência social que vivenciam nessa imersão. Contudo, mesmo após anos do surgimento do modelo social e da percepção legislativa sobre as barreiras existentes quanto ao fenômeno da deficiência, os dados mostram que problemas antigos ainda persistem, como: o preconceito na contratação; o despreparo dos empregadores quanto à importância de um ambiente adequado de trabalho; e ambientes sem acessibilidade (França, 2013; Garcia, 2014). A mentalidade mercadológica ainda é caracterizada por um pensamento normalizador, que integra o indivíduo ao ambiente, mas não o inclui, impedindo a relação adequada com o meio (Glat & Fernandes, 2005), bem como fomenta traços excludentes quanto a crenças sobre a produtividade e o despreparo do indivíduo (Coutinho et al., 2017).

Segundo os dados coletados, podemos admitir o impacto de alguns fatores, como: a Lei de Cotas (Lei n. 12.711/2012), pois, mesmo que ela garanta a vaga do indivíduo com deficiência, não estipula diretrizes para a adaptação no local de trabalho (Violante & Leite, 2011); a falta de políticas públicas que regulamentem a inserção do trabalhador com deficiência no mercado (Maftei et al., 2020; Paiva & Bendassolli, 2017); a inclusão social no ambiente organizacional; e a baixa representatividade dessa parcela populacional (Garcia, 2014). Contudo, Paiva et al. (2015) realçam a importância do trabalho na vida do indivíduo como fonte de prazer, saúde, satisfação, perspectiva de vida e utilidade pública, e até mesmo identidade social. Ou seja, a exclusão desse direito básico pode impactar diretamente a saúde mental e a perspectiva como indivíduo da PcD (Santos, 2008).

A situação atual ainda é de baixa representatividade de PcD no mercado formal, havendo uma concentração desse grupo produtivo em atividades precárias, descontinuadas e informais (Becker, 2019). Além disso, as políticas empresariais priorizam a contratação de pessoas cuja deficiência não exija modificações estruturais na empresa ou que represente vantagem referente ao modo de produção (Violante & Leite, 2011). A maioria dos empregado-

res entrevistados, segundo Violante e Leite (2011), concebe a deficiência como um fenômeno individual, o que representa um distanciamento do discurso inclusivo. Sendo assim, os critérios que envolvem a inserção de PcD no mercado são excludentes e favorecem a criação de barreiras para a contratação, sejam estruturais ou atitudinais, pautados no preconceito e desconhecimento sobre o assunto (Lima et al., 2013).

Nesse sentido, elementos como o preconceito contribuem para que o indivíduo seja percebido como responsável pelas limitações provenientes da sua condição, omitindo fatores como as barreiras estruturais e sociais do meio (Coutinho et al., 2017). Em ressonância a isso, os estudos de Redig e Glat (2017) apontam o bom desempenho e a produção dos indivíduos em situação de deficiência quando ocorre a adaptação no âmbito do trabalho (Pereira-Guizzo et al., 2019).

Dito isso, a necessidade da sensibilização dos empregadores quanto às condições de trabalho é visível. É necessária uma reflexão crítica e aprofundada sobre a inclusão da PcD, pois isso afeta diretamente a relação empregador-empregado, sendo relevante para agregar a ideia de inclusão aos objetivos empresariais (Ineland & Starke, 2020; Carvalho-Freitas et al., 2018; Lima et al., 2013). Nesse sentido, segundo Carvalho-Freitas et al. (2018), um dos fatores de maior importância na manutenção do sentido e da satisfação do trabalho é a qualidade de vida relativa à atividade, sendo um fator profissional decisivo que interfere de maneira mais enfática que a dificuldade de inserção no mercado e a própria deficiência como agente excludente.

Por fim, podemos extrair dos dados as consequências dos processos de estigmatização (Goffman, 1998) e discriminação no que se refere às oportunidades das PcD e como isso afeta amplamente a vida delas (Peijen & Wilthagen, 2020). Dessa forma, provenientes da exclusão social, pessoas em situação de deficiência enfrentam a exclusão escolar, o que corrobora um baixo nível educacional e, conseqüentemente, limita a participação delas no mercado, forçando-as a trabalhos precários e em condições inadequadas. Por consequência, a exclusão propicia o alto índice dessa parcela populacional na linha da pobreza, principalmente pela falta de equiparação de oportunidades educacionais e sociais. A força do preconceito e a inferiorização agregada à imagem dessas pessoas as tornam invisíveis até mesmo no contexto acadêmico, o que reflete a baixa produção sobre o assunto na última década.

Considerações finais

O contexto histórico da deficiência é marcado pela busca de direitos e autoafirmação social. Por isso, as pessoas em situação de deficiência buscam a autonomia como um meio digno de experienciar a vida. Para além disso, a inclusão da PcD está atrelada à luta pela garantia de direitos, visto que o acesso igualitário à educação e ao trabalho tem caráter indispensável. Dessa forma, o trabalho como atividade social provoca impacto significativo na vida

desses indivíduos, por meio do sentido da atividade, da satisfação pessoal, da identidade, do reconhecimento social, da percepção de utilidade e de uma forma de se afirmar cidadão.

A partir do estudo que fizemos sobre a inclusão laboral das PcD, foi possível acessar informações sobre as condições que envolvem a inserção delas no mercado de trabalho, assim como evidenciar as dificuldades e lacunas nesse processo. Mapeamos o que foi produzido na última década e investigamos os textos em busca de regularidades em meio aos resultados.

De modo geral, duas características estão presentes na questão deficiência-atividade-mercado de trabalho: 1. a continuidade de paradigmas históricos e discriminatórios sobre as PcD, reforçadores da presença de preconceitos, mostrando que ainda precisamos lutar para a quebra dessas barreiras sociais que estigmatizam o indivíduo, limitando sua participação social plena; e 2. a necessidade de aperfeiçoamento de legislações e políticas públicas que integram o indivíduo com deficiência, porém não o incluem; afinal, as leis de ações afirmativas atuais não garantem a realização dos direitos das PcD de modo integral, muito embora sejam essenciais para, a partir da inserção, promover a inclusão. Em resumo, o combate à discriminação e ao preconceito e a necessidade de contínuo aperfeiçoamento das condições de acessibilidade e equiparação de oportunidades por meio de leis e políticas de ações afirmativas são pontos centrais na inclusão de PcD em atividades laborais remuneradas.

De acordo com os resultados obtidos, identificamos vários impedimentos relacionados ao preconceito, como: 1. o baixo interesse das empresas em priorizar as adaptações do ambiente profissional, o que prejudica o trabalhador em situação de deficiência, criando barreiras para sua adequação, qualidade de vida no trabalho e produtividade; 2. o interesse das empresas em contratar indivíduos sem amplas necessidades adaptativas ou que representem alguma forma de vantagem produtiva, o que implica características excludentes na contratação; 3. o desalinhamento dos preceitos inclusivos, caracterizando a deficiência como uma questão individual, assim como no modelo de integração. No aspecto legal, os dados coletados nos mostraram que as falhas na legislação impactam diretamente o cumprimento da lei, bem como possibilitam manobras empregatícias por parte dos gestores. Trata-se de um aspecto que precisa ser acompanhado e fiscalizado pelo poder público e pela sociedade civil organizada, uma vez que é preciso haver uma política de Estado que proponha o respeito e a inclusão como pilares do desenvolvimento social e da cidadania.

Diante da luta por uma sociedade inclusiva e pela equalização de oportunidades para plena participação social das PcD, a baixa representatividade dessa minoria no mercado indica que suas oportunidades estão sendo retiradas, isto é, seus direitos. Tal constatação exige engajamento em uma luta política e social, cujos caminhos para a equalização de oportunidades estão pautados na quebra de pensamentos e atitudes preconceituosos e estigmatizantes, e na melhoria das condições de trabalho. Portanto, diretrizes legais mais específicas podem ajudar na preservação de direitos da PcD, bem como na formação de um ambiente inclusivo e participativo.

Quando se observam os resultados da presente pesquisa, fica patente que, apesar de a deficiência ser considerada uma categoria de análise sociológica equiparável às questões étnico-raciais e de gênero, ainda é uma temática incipiente nas revistas científicas da área de psicologia organizacional e do trabalho, possivelmente devido a questões relacionadas ao processo de exclusão educacional e à relação estrutural entre PcD e pobreza, que comprometem o acesso ao trabalho e a participação social plena. Por isso, a presente investigação sugere uma agenda de pesquisas para novos estudos que busquem: 1. analisar os impactos das mudanças nas leis de cotas e de inserção dos trabalhadores com deficiência na efetiva inclusão de PcD no trabalho; 2. desenvolver teórica e sistematicamente a deficiência como uma categoria de análise social equiparada ao gênero, à cor/raça/etnia, à religião, entre outros; e 3. considerar contextos de trabalho inclusivos e seus potenciais impactos para o aperfeiçoamento de leis e políticas públicas de ações afirmativas. No atual governo do Brasil, a tendência a uma crescente inclusão laboral das PcD parece estar sendo questionada, reduzida ou relativizada em seus aspectos legais e políticos, o que exigirá novas pesquisas que considerem os impactos de políticas de extrema direita e da agenda econômica neoliberal no direito ao trabalho e na participação social plena das PcD. Por fim, sugerimos que tais pesquisas sejam acompanhadas de revisões críticas da literatura em bases de dados internacionais representativas da produção e divulgação científica da psicologia, especialmente da psicologia do trabalho e organizacional.

Referências

- American Psychological Association (2012). *Manual de publicação da APA*. Penso.
- Becker, K. L. (2019). Deficiência, emprego e salário no mercado de trabalho brasileiro. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 49(1), 39–64. <https://doi.org/10.1590/0101-41614912klb>
- Bicudo, M. A. V. (2014). Meta-análise: Seu significado para a pesquisa qualitativa. *Revista Eletrônica de Educação Matemática*, 9(Ed. Temática), 7–20. <https://doi.org/10.5007/1981-1322.2014v9nespp7>
- Brasil. Ministério da Economia. (2019). Contratação de pessoas com deficiência bate recorde após fiscalização do Trabalho. <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2019/02/contratacao-de-pessoas-com-deficiencia-bate-recorde-apos-fiscalizacao-do-trabalho>
- Carvalho-Freitas, M. (2009). Inserção e gestão do trabalho de pessoas com deficiência: Um estudo de caso. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(8), 121–138. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552009000500009>
- Carvalho-Freitas, M. N., Silva, V. A., Tette, R. P., Veloso, H. S., & Rocha, P. C. (2018). Retorno às atividades laborais entre amputados: Qualidade de vida no trabalho, depressão e ansiedade. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 18(4), 468–475. <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2018.4.14415>
- Clot, Y. (2017). Clínica da atividade. *Horizontes*, 35(3), 18–22. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v35i3.526>
- Cohen, J., Schiffler, F., Rohmer, O., Louvet, E., & Mollaret, P. (2019). Is disability really an obstacle to success? Impact of a disability simulation on motivation and performance. *Journal of Applied Social Psychology*, 49(1), 50–59. <https://doi.org/10.1111/jasp.12564>
- Coutinho, K., Rodrigues, G., & Passerino, L. (2017). O trabalho de colaboradores com deficiência nas empresas: Com a voz os gestores de recursos humanos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(2), 261–278. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000200008>
- Creswell, J. (2010). Projeto de pesquisa: *Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (M. Lopes, Trad.). Artmed. <https://doi.org/10.26512/les.v13i1.11610>
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência?* Brasiliense.
- Diniz, D., Barbosa, L., & Santos, W. (2009). Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, 6(11), 65–77. <https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>
- Dutra, F. C. M. S., Paz, I. T. M., Cavalcanti, A., Aramaki, A. L., & Kososki, E. (2020). Oportunidades no mercado de trabalho: Análise das vagas de emprego disponíveis para pessoas com deficiência. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(1), 147–163. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoa01724>
- França, T. (2013). Modelo Social da Deficiência: Uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *Lutas Sociais*, 17(31), 59–73. <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25723>
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (2018). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Garcia, V. (2014). Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, 12(1), 165–187. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462014000100010>
- Glat, R., & Fernandes, E. (2005). Da educação segregada à educação inclusiva: Uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. *Revista Inclusão*, 1, 35–39. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>
- Goffman, E. (1998). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4a ed.). LTC.

- Ineland, J., & Starke, M. (2020). Factors associated with positive work experience among professionals supporting people with intellectual disabilities: A comparative analysis of three welfare organisations in Sweden. *International Journal of Developmental Disabilities*, 0(0), 1–9. <https://doi.org/10.1080/20473869.2020.1794767>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). *Censo demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf
- Lei n. 6.949, de 25 de agosto de 2009 (2009). Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*.
- Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 (2015). Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da União*.
- Lima, M. P., Tavares, N. V., Brito, M. J., & Cappelle, M. C. A. (2013). O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. *Revista de Administração Mackenzie*, 14(2), 42–68. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712013000200003>
- Maftai, A., Holman, A. C., & Oancea-Matei, D. A. (2020). Is discrimination against disabled job candidates increased by previously acquired non-discriminatory moral credentials? *Romanian Journal of Applied Psychology*, 22(2), 33–41. <https://doi.org/10.24913/rjap.22.2.02>
- Ministério da Educação (2014). Censo indica crescimento de 3,8% nas matrículas e total de alunos chega a 7,3 milhões em 2013. <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/20777-censo-indica-crescimento-de-38-nas-matriculas-e-total-de-alunos-chega-a-73-milhoes-em-2013>
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-persons-disabilities>
- Paiva, J. C., & Bendassolli, P. F. (2017). Políticas sociais de inclusão social para pessoas com deficiência. *Psicologia em Revista*, 23(1), 418–429. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017V23n1p418-429>
- Paiva, J. C. M., Bendassolli, P. F., & Torres, C. C. (2015). Sentidos e significados do trabalho: Dos impedimentos às possibilidades do trabalho de pessoas com deficiências. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(1), 218–239. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000100013&lng=pt&tlng=pt
- Peijen, R., & Wilthagen, T. (2020). Labour market reintegration of individuals with a physical and cognitive disability by a company-based work-experience program. *International Journal of Disability, Development and Education*, 1–18. <http://dx.doi.org/10.1080/1034912X.2020.1802648>
- Pereira-Guzzo, C. S., Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2019). Analysis of needs and processes: Social skills program for unemployed people with disabilities. *Psico-USF*, 24(3), 463–474. <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240305>
- Redig, A., & Glat, R. (2017). Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 25(95), 330–355. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362017002500869>

- Romeo, M., Yepes-Baldó, M., & Lins, C. (2020). Job satisfaction and turnover intention among people with disabilities working in special employment centers: The moderation effect of organizational commitment. *Frontiers in Psychology*, 11(1035), 1–8. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01035>
- Rosa, L. R., & Menezes, A. B. (2019). Educational inclusion and social interaction: A literature review. *Temas em Psicologia*, 27(2), 385–400. <https://doi.org/10.9788/TP2019.2-07>
- Salvador-Ferrer, C. M. (2020). Social inclusion of people with disability: Pilot study in the workplace of the mediating role of self-determination between role conflict and social inclusion. *Siglo Cero*, 51(4), 25–37. <https://doi.org/10.14201/SCERO20205142537>
- Santos, C. T. dos, D'Antino, M. E. F., Blascovi-Assis, S. M., Rodrigues, É., Graciani, Z., & Fernandes, S. M. S. (2018). A inserção da pessoa com deficiência na reabilitação profissional: Revisão de literatura. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 18(1), 9–30.
- Santos, J. C., & Carvalho-Freitas, M. N. (2019). Processos psicossociais da aquisição de uma deficiência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1–16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003175434>
- Santos, R., & Kobashi, N. (2009). Bibliometria, cientometria, infometria: Conceitos e aplicações. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 2(1), 155–172. <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/174/174>
- Santos, W. R. (2008). Pessoas com deficiência: Nossa maior minoria. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 18(3), 501–519. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312008000300008>
- Silva, D. R., Prizskulnik, L., & Herzberg, E. (2018). Qual o corpo deficiente? Pressupostos ontológicos e práticas de tratamento. *Tempo Psicanalítico*, 50(2), 102–118. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382018000200006&lng=pt&lng=pt
- Silva, M. C., Mieto, G. S. M., & Oliveira, V. M. (2019). Estudos recentes sobre inclusão laboral da pessoa com deficiência intelectual. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(3), 469–486. <https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000300008>
- Violante, R. & Leite, L. (2011). A empregabilidade das pessoas com deficiência: Uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 14(1), 73–91. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v14i1p73-91>

EQUIPE EDITORIAL**Editores-chefe**

Cristiane Silvestre de Paula

Editores associados

Alessandra Gotuzo Seabra

Ana Alexandra Caldas Osório

Luiz Renato Rodrigues Carreiro

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Editores de seção**“Avaliação Psicológica”**

Alexandre Luiz de Oliveira Serpa

André Luiz de Carvalho Braule Pinto

Luiz Renato Rodrigues Carreiro

Marcos Vinicius de Araújo

Vera Lúcia Esteves Mateus

“Psicologia e Educação”

Alessandra Gotuzo Seabra

Carlo Schmidt

Regina Basso Zanon

“Psicologia Social e Saúde das Populações”

Enzo Banti Bissoli

Marina Xavier Carpena

“Psicologia Clínica”

Carolina Andrea Ziebold Jorquera

Julia Garcia Durand

Natalia Becker

“Desenvolvimento Humano”

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Rosane Lowenthal

Suporte técnico

Camila Fragoso Ribeiro

Giovanna Joly Manssur

Maria Fernanda Liuti Bento da Silva

PRODUÇÃO EDITORIAL**Coordenação editorial**

Ana Claudia de Mauro

Estagiários editoriais

Élcio Carvalho

Pietro Menezes

Preparação de originais

Carlos Villarruel

Revisão

Caduá Editorial

Diagramação

Acqua Estúdio Gráfico